



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAROBA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA Nº 02/2023

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA Publique-se, providencie-se o contrato.
Indiaroba /SE, 16 de Janeiro de 2023.


RENIS CARDOSO DOS SANTOS
Presidente

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAROBA/SERGIPE, recebeu do Diretor Geral, o pedido, autorizado por seu Presidente da Câmara Municipal, a prestação de serviço para **ASSESSORIA EM ALIMENTAÇÃO DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA. ASSESSORIA E APOIO EM ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DO E-SIC, SIC, OUVIDORIA E PROTOCOLOS ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DA EMGESTIS, PUBLICAÇÃO DE PORTARIAS ATAS DECRETOS PROJETOS DE LEIS LICITAÇÕES E CONTRATO PÚBLICO, ATENDENDO AS NORMAS DO SIAFIC**, para elaboração do Processo Administrativo pertinente a manifestação quanto à possibilidade da referida contratação.

O Setor Responsável pela Licitação, manifesta-se acerca da solicitação pleiteada, fundamentando a contratação em **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, art. 24, II da Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Em observância as determinações constantes a Lei 8.666/93 passamos a **JUSTIFICAR** a contratação em análise:

I - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - ADEQUAÇÃO AO ART. 24, II, DA LEI

8.666/93:

A Regra Geral para celebração dos Contratos Administrativos é a realização prévia de Processo de Licitação Pública. Excepcionando a regra geral, o nosso ordenamento jurídico dispõe a possibilidade de celebração do contrato **sem a realização de Processo de Licitação**, são os casos de **dispensa** e inexigibilidade.

CONSIDERANDO, que na Administração Pública em regra todos os contratos sejam precedidos de processos licitatórios, no entanto, a Lei nº 8.666/93, em seu art. 24, inciso II, trata da dispensa de licitação para compras e serviços de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do art. 23, do mesmo Diploma Legal, sendo este valor equivalente a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

CONSIDERANDO, que de acordo com a pesquisa de preços no mercado constatou-se que a média de preços apurada está dentro do limite previsto no art. 24, inciso II, da lei de licitações e suas posteriores alterações, sem a premente necessidade de proceder à abertura de processo administrativo de licitação, uma vez que o valor orçado, não ultrapassou o valor estabelecidos no art. 23 e seus dispositivos, ou seja, R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAROBA

CONSIDERANDO, que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem, tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de Dispensa de Licitação que antecede a contratação, possibilitando também tratamento igualitário a todos quando da realização da pesquisa de preço no mercado através de orçamentos, conforme fora realizado previamente pela Câmara Municipal de Vereadores de Indiaroba.

CONSIDERANDO, que conforme dito anteriormente a Câmara Municipal de Vereadores de Indiaroba teve o cuidado de pesquisar os preços no mercado com empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, identificando as características necessárias e importantes para a composição dos preços.

CONSIDERANDO que, em relação ao objeto em questão, a inviabilidade da licitação decorre não em razão da falta de competitividade entre os possíveis interessados, mais se torna a licitação neste caso inconveniente aos objetivos da administração quando colocado à tona a equação custo-benefício, verificou-se que a licitação traria maiores custos a administração do que benefícios, além do que, está aparentemente demonstrado no processo a pequenez do valor estimado para a contratação.

CONSIDERANDO, que de acordo com o levantamento de preços feito, constatou-se que a empresa **FELIPE ROCHA DE MELO - ME**, cotou o menor preço para a prestação do serviço, baseado no que prescreve o Art. 24, Inciso II, da lei nº 8.666/93, com a referida empresa, por um período de 12 (doze) meses.

Considerando que a realização do serviço viabiliza a possibilidade de competição, uma vez que após 03 (três) análises orçamentárias, foi escolhida aquela cujo amparo legal esteja disposto no art. 24, II, bem como o menor valor que é de interesse público. Vejamos o disposto no artigo 24 inciso II:

“Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 04.5.98)”.

Observa-se que a Administração Pública estabelece seu valor de dispensa de licitação com base no limite estabelecido pelo artigo 23, II, “a” da mesma lei federal acima mencionada, que dispõe:

“Art. 23 As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAROBA

II – Para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);...”

Vislumbramos que a contratação em vitrine preenche os requisitos do Art. 24, inciso II, acima referido, já que não ultrapassa o limite estipulado para esta contratação e ainda não se refere a parcela de um mesmo serviço ou compra que possa ser realizado de uma vez só.

II - SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

ASSESSORIA EM ALIMENTAÇÃO DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA. ASSESSORIA E APOIO EM ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DO E-SIC, SIC, OUVIDORIA E PROTOCOLOS ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DA EMGESTIS, PUBLICAÇÃO DE PORTARIAS ATAS DECRETOS PROJETOS DE LEIS LICITAÇÕES E CONTRATO PÚBLICO, ATENDENDO AS NORMAS DO SIAFIC, se faz necessário para o melhor andamento dos trabalhos da Câmara Municipal de Indiaroba, bem como adequação a legislação vigente de transparência dos atos públicos.

III - DO VALOR:

O serviço de **ASSESSORIA EM ALIMENTAÇÃO DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA. ASSESSORIA E APOIO EM ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DO E-SIC, SIC, OUVIDORIA E PROTOCOLOS ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DA EMGESTIS, PUBLICAÇÃO DE PORTARIAS ATAS DECRETOS PROJETOS DE LEIS LICITAÇÕES E CONTRATO PÚBLICO, ATENDENDO AS NORMAS DO SIAFIC**, será pelo período compreendido entre a data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2023, com o valor mensal de R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais).

Tendo em vista ainda, a compatibilidade do valor ora mencionado com o praticado no mercado, constata-se que o valor é compatível, conforme comprovação anexa.

IV - DA CONCLUSÃO

Desta forma, entendemos justificadas as exigências contidas nos dispositivos legais acima referidos, no que tange a **ASSESSORIA EM ALIMENTAÇÃO DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA. ASSESSORIA E APOIO EM ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DO E-SIC, SIC, OUVIDORIA E PROTOCOLOS ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DA EMGESTIS, PUBLICAÇÃO DE PORTARIAS ATAS DECRETOS PROJETOS DE LEIS LICITAÇÕES E CONTRATO PÚBLICO, ATENDENDO AS NORMAS DO SIAFIC**, por dispensa de licitação e submetemos à Assessoria Jurídica para que se manifeste juridicamente a respeito da possibilidade desta contratação nos termos acima sugeridos e analise os termos da minuta do Contrato a ser firmado.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAROBA

Indiaroba /SE, 13 de janeiro de 2023.

Ivan Conceição dos Santos
IVAN CONCEIÇÃO DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação

Thainara dos Santos Lima
THAINARA DOS SANTOS LIMA
Secretária

Camila Ferreira Esteves
CAMILA FERREIRA ESTEVES
Membro